

EXISTE AUTORIA NA ORALIDADE?

Juliane da Silva BARROS¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir a hipótese segundo a qual se defende a autoria na oralidade. Investigo essa face da questão em razão de estudar a constituição da autoria na escrita. Neste artigo, mobilizo tanto a análise de dados que permitem propor a questão como discuto as pesquisas de Tfouni (2001), que, pioneiramente, investiga a autoria na oralidade. Após a análise, a posição que gostaria de firmar é que a autoria não é uma característica da oralidade; diferentemente, onde se supõe sua presença, estariam em evidência marcas de letramento, fruto de *performances* dos sujeitos produtores de linguagem. A questão, contudo, é polêmica e sugere a inclusão de outros pesquisadores no debate, uma vez que se trata de uma noção importante e ora muito reivindicada no interior dos estudos de texto-discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Autoria. Metaenunciação. Oralidade. *Performance*. Letramento.

Introdução

Gostaria de discutir neste texto a hipótese de (in)existência de autoria na oralidade. Durante um bom tempo me ocupei dessa hipótese, para depois abandoná-la, por não haver encontrado sustentação. Mas, como acredito que minhas conclusões não são a última palavra sobre isso, gostaria mais uma vez de lançar o tema à crítica, porque a polêmica sobre ele será mais interessante do que os resultados de uma possível análise malsucedida. Por trabalhar com a temática da autoria, investiguei a possibilidade de atestar sua constituição em textos orais e

¹ Unidade Acadêmica de Garanhuns, UFRPE, Garanhuns, PE, Brasil. juliene@uag.ufrpe.br

tentei provar isso com os instrumentos teórico-analíticos existentes. Não encontrando a consistência necessária para afirmar esse conceito como uma categoria analítica, ponho novamente o ponto em discussão. Vou, portanto, recuperar aspectos da pesquisa empreendida, mostrando como foi o percurso em face dessa questão, a partir de uma análise de dados, bem como as falhas a que me conduziu o raciocínio anterior, para, após, discutir também o que acredito ser equívocos de outras análises que tentam provar a autoria na oralidade. Antes, porém, façamos uma breve explicitação dos termos que serão aqui mobilizados.

Sobre a autoria

Em pesquisas que culminaram com minha tese de doutoramento,² procedi a uma análise textual-discursiva das *intercalações*. Trata-se de manifestações metaenunciativas as quais interpreto como *indícios de autoria* (POSSENTI, 2001), considerando como características definidoras desse conceito *a organização textual*, *a competência genérica* e *a singularização do sujeito autor pelo estilo* (BARROS, 2004).

A base de minhas análises sempre foram fenômenos que ocorrem no contínuo textual, como as inserções demarcadas por parênteses, travessões, as longas excursões delimitadas pelos chamados marcadores de digressões, bem como outros fenômenos deslocados para a perigrafia textual, como as notas de rodapé. Muitos desses fenômenos já foram objeto de diferentes análises que se originam tanto em estudos de texto³ como em estudos de discurso,⁴ e as conclusões a que chegaram sobre eles muitos analistas divergem, mas tocam, cada uma a seu modo, numa questão que julgo como sendo essencial em sua definição. Trata-se da relação entre metaenunciação e ação ou trabalho do sujeito, ou seja, a metaenunciação é, em diferentes pesquisas, um lugar privilegiado para se estudar a questão da subjetividade e do funcionamento textual-discursivo, independentemente de qual seja a orientação teórica adotada.

Na pesquisa empreendida sobre essa questão, procurei ampliar um pouco a discussão, propondo: uma re-definição da metaenunciação em termos textuais-

² Tese defendida no Instituto de Estudos da Linguagem, em 2004, com o título *Intercalação, Meta(enunciação) e autoria: uma análise textual-discursiva da interposição*. Nesse texto, propus uma nova definição de autoria.

³ KOCH (1998), JUBRAN (1991).

⁴ AUTHIER (1990), PAIVA (1999).

discursivos, uma vez que os fenômenos aí incluídos têm natureza dúplice, atendendo tanto à textualidade como à discursividade; uma inclusão de outras manifestações na mesma classe, pois as diferentes análises tratavam em separado inserções, digressões e notas de rodapé; e uma re-consideração geral desses fenômenos, como *indícios de autoria*, à luz das discussões de Possenti (2001).

Em face dessa proposta e tendo sido ela fruto da análise das intercalações, não pude deixar de me questionar sobre a possibilidade de estudar autoria na oralidade. Mas o conceito tem sido relacionado tradicionalmente à escrita. Pesquisas como as de Orlandi (1990), Possenti (2001, 2002), por exemplo, afirmam ou implicam essa posição.

Tendo considerado pertinente problematizar essa restrição, dei voz a posições teóricas, por um lado, e a dados, por outro, para avaliar a possibilidade de defender ou não a posição inversa. Do lugar teórico de onde me encontro, mobilizei conceitos como *continuum* entre fala e escrita, gênero e letramento, que, de modos diferentes, reafirmam as relações entre as duas modalidades, razão pela qual se faz possível indagar por que há autoria na escrita e não na fala. O que organiza então a fala? Mas, além de tais posições, ou mesmo antes de tomar conhecimento mais detalhado dessas importantes discussões, as intercalações já me colocavam a questão pelo fato de materializarem-se também na oralidade. Um outro motivo importante para essas cismas foi a leitura dos trabalhos de Tfouni (2000, 2001), que se inscrevem nessa direção.

Por motivações teóricas e instigada pelos dados, em síntese, propus a hipótese de que se poderia analisar a autoria na oralidade.⁵ Mas, com o aprofundamento dessa reflexão, vejo-me obrigada a desconfiar de tal reivindicação.

Intercalações da oralidade: indícios de autoria ou marcas de letramento?

Mesmo tendo feito apelo a posições teóricas, o principal argumento para defender a hipótese de autoria na oralidade era a emergência de intercalações nessa modalidade. Considerando que intercalações podem ser indícios de autoria, é possível tratar da mesma forma as intercalações que emergem em manifestações

⁵ Sobre isso, falei em dois encontros: Congresso Internacional da Abralín (2003) e Seminário Internacional de Análise do Discurso (2002).

enunciativas orais? O que há na literatura a esse respeito? Quais as implicações de assumir uma hipótese assim?

Passemos à análise de intercalações orais. As formas específicas de metaenunciação que estou considerando como indícios de autoria ocorrem, com importantes variações, tanto na fala como na escrita. Embora ocorram mudanças de acordo com os diferentes gêneros ao longo do *continuum* e também pelas condições de produção específicas de cada gênero, as funções dos segmentos interpostos são, grosso modo, as mesmas. Isso não apenas estreita os laços entre as duas modalidades, mas também reafirma que se trata apenas de manifestações enunciativas diferentes e que o sujeito que tem domínio das duas, manifesta-se e constitui-se por meio de ambas. Isso, em princípio, não quer dizer que, porque há uma intercalação na fala, há autoria na oralidade. Intercalações são fenômenos enunciativos que emergem nos mais diversos gêneros, mas, se podem ser interpretadas como indícios de autoria é o que precisa ser discutido.

Passemos à observação de alguns dados. Destacarei a recorrência de intercalações na produção de um sujeito, cuja competência metaenunciativa é destacável. Trata-se de um sujeito adulto, professor universitário Carlos Franchi. Vejamos, inicialmente, como sua fala é permeada de intercalações diversas. Em conferência, Franchi faz várias interposições no curso de sua enunciação, como pode ser observado nos fragmentos abaixo.

(1) Pierce dizia que, provavelmente, *nós estamos dotados (ele não falava geneticamente, mas eu vou usar o termo), nós estamos dotados* de alguma forma geneticamente, para, observando o mundo, ser capaz de correlacionar idéias, correlacionar intuições e produzir, a partir disso, alguma proposição, que, sem saber se faz sentido, é a proposição que faz sentido no momento para o processo de pesquisa.⁶

(2) Proposições “tornam (*vamos pôr entre aspas, mas é o que Pierce diz*) tornam de repente natural a explicação daquele fenômeno com o qual eu me surpreendia.

Nesses casos, como é muito comum de ocorrer com intercalações na oralidade, há uma repetição de termos demarcando o começo e o fim da intercalação. O termo ou expressão a partir do qual a enunciação é suspensa, por efeito da interposição metaenunciativa, é repetido após o comentário, configurando, desse modo, o encaixe, com os marcadores que o destacam.

⁶ Esses dados foram transcritos a partir de uma produção oral em vídeo, e tanto a pontuação como a parentetização foram feitas por mim, pois, mesmo nos casos onde não há a marcação dada pela repetição ou por outros marcadores verbais, a intercalação é identificada pelo ritmo, pela entonação e ainda pelo gestual.

E isso não se faz apenas com as curtas intercalações. No caso a seguir, há uma longa intercalação sobre a qual o sujeito demonstra controle, pois delimita-a, conduzindo adequadamente a progressão textual e a organização tópica.

(3) Primeiro é que essas representações, que constituem a maneira pela qual eu manifesto as minhas primeiras hipóteses a respeito do objeto, elas têm que ser, elas mesmas, para produzir um objeto chamado conhecimento, elas precisam, elas mesmas, ser, intrinsecamente primeiro, relacionadas e correlacionadas entre si, de forma harmônica e sem contradição. *VOU LANÇAR UM EXEMPLO. Suponha que de repente eu tenha um insight. Eu observo que, quando eu falo, as pessoas, cada uma, cada uma das pessoas que aqui estão, podem me entender de uma forma completamente diferente. No final, elas podem me dizer: esse é um formalista. Ou outros podem dizer: esse é um terrível dematê inacreditável do conhecimento científico, etc. etc. Outros podem dizer: que interessante, ele conseguiu reproduzir um processo. Por que isso ocorre? Isso ocorre porque obviamente as representações não são em si mesmas formas de conhecimento. Elas só se interpretam na medida que elas são conjugadas ao conhecimento do outro, às representações que o outro tem ao fato de que o outro observou a sua própria experiência. Ora, isso cria um segundo momento de absoluta insegurança. O primeiro momento é aquele em que a partir de não sei onde eu tenho um insight abduativo. O segundo momento é quando, transformando em representações esse meu objeto, eu submeto essas representações à interpretação do outro. E nessa hora eu posso dizer então, fazendo uma hipótese forte sobre o sentido, que o sentido se constrói exclusivamente no contexto da interlocução. E, ao lado, suponham que quando eu tenho um outro insight. Logo, dada a história de cada um, o sentido é histórico e antropológicamente constituído. E, nesse momento, eu me coloco numa terrível contradição. A primeira hipótese, que suporta fortemente a idéia de uma compreensão contextual e imediata das minhas representações. Aliás, perfeitas. A segunda hipótese diz que nós somos seres históricos mas a hipótese de que todo sentido se construiu naquele momento é anti-histórica. Porque nós não somos nós mesmos a não ser pela nossa própria história; isto é, por uma longa e enorme transição, que, de longa data, vem, constituindo para cada um desses termos aquilo que a gente poderia chamar uma certa regionalidade do sentido. **VAMOS VOLTAR, ESSE FOI SÓ UM EXEMPLO. NÃO SEI SE FOI O MELHOR; MAS SERVE.** A idéia é, e para mim é importante, que não basta ter *insights* e hipóteses para constituir o patamar do trabalho científico. Não para a ciência. Nós estamos aqui falando desses programas de pesquisa (...)*

Uma longa interposição dá corpo a uma forma enunciativa mais específica uma exemplificação , a qual é devidamente ressaltada por marcadores verbais: **VOU DAR UM EXEMPLO; VAMOS VOLTAR, ESSE FOI SÓ UM EXEMPLO.**

A abundância das intercalações na oralidade de Franchi não se resume às interposições com marcação verbal. Não havendo parênteses e travessões e outros sinais gráficos, a marcação não-verbal é feita por recursos como a entonação, o ritmo, e o gestual, os quais contribuíram para identificar as intercalações abaixo.

(4) Uma certa ocasião eu tive que fazer uma tese de doutorado (*muitos tiveram que fazer e todos sabem qual é o sofrimento de fechar a tese de doutorado*), e nesse momento me passou pela leitura, num livro sobre o entendimento de Leibniz, uma frase que me consolou

(*o problema é que me consolou*). Mas é preciso prestar bem atenção nessa palavra, porque ela é perigosa no trabalho científico...

(5) A abdução é uma parte de um longo processo pelo qual se constrói o patamar de um programa científico. O segundo passo pelo qual, pelo menos segundo Peirce e na forma que ele escreve (*e a gente pode até modular e completar certas informações de Pierce porque é ele muito linear; e eu não acho que as coisas sejam tão lineares como Pierce diria, mas são dialéticas*), é que, assumidas essas proposições ou tomados esses *insights* iniciais como ponto de partida da ciência, eu não posso parar aí. Isto é, há um problema de divisão de trabalho.

(6) O outro é como essas hipóteses são submetíveis ao raciocínio lógico, e para Pierce, eu também, não há forma de raciocínio a não ser o matemático. (*Não é à toa que o pai dele era um grande professor de matemática*). Não importa que seja só matemático. Mas importa que algum processo de Pierce tenha alguma lógica...

Além de tratar-se de uma mudança de propósito, da interposição de um dizer específico em relação ao que se diz, o comentário intercalado é acompanhado por aspectos não-verbais que o identificam.

Diante desses dados, vamos retomar as características da autoria antes apresentadas. É importante retomar que, a partir da rediscussão dos trabalhos de Orlandi e Possenti, proponho uma definição do conceito de autoria, que leva em conta os indícios de trabalho do sujeito no que se refere à *organização textual*, ao *domínio* e à *intervenção no/do estilo dos gêneros* e à possibilidade de *singularização*, por via da constituição do estilo individual.

Com relação aos fragmentos da fala do sujeito em questão, será redundante discutir questões relacionadas à *organização textual*, no texto oral, pois isso pode ser percebido não apenas no trabalho de intercalar, mas nos recursos usados para destacar as intercalações, articulando-as adequadamente no curso de sua exposição.

Sobre *domínio dos gêneros*, não se pode ver aí, pelas intercalações que emergem ou pelo tipo, uma característica particular de um deles, porque, como já destaquei (aliás, como já foi destacado por Clélia Jubran em seus muitos trabalhos sobre os parentéticos), a oralidade é um domínio muito profícuo para a emergência das intercalações diversas. De qualquer forma, o fato de tratar-se de uma palestra, numa mesma redonda, com tema e tempo marcados, parece justificar, não exatamente a emergência, mas o cuidado com a sequenciação textual, indiciado, em muitos casos (além dos discutidos), pelo cuidado com a marcação, para que se cumpram tema e tempo de acordo com as expectativas (mas há sujeitos que fazem isso nas conversações mais espontâneas, digamos assim), conforme o gênero palestra.

Existe autoria na oralidade?

De todo modo, o efeito de controle observado nos dados orais de Franchi não é suficiente para se afirmar que é por aí que se define sua autoria; talvez se possa dizer que ele leva para a fala um controle característico de sua escrita.

Uma breve observação de dados de sua escrita tornará possível a observação não só da simpatia, digamos, de Franchi por intercalações, como um controle, mais óbvio na escrita, em relação a isso. Sua preferência pode ser observada nas duas manifestações enunciativas. No dado a seguir, retirado de sua tese de doutorado, há um gesto curioso que merece destaque. O autor faz notas de rodapé, indicadas como tais (*Nota 1*, por exemplo), mas no corpo do texto, destacadas com itálico, em fonte menor, no alinhamento de parágrafo.

(7)

que procuram levar até às últimas consequências. Sugerimos, ainda, que o modelo de Chomsky, no fundamental, constitui uma representação formal das informações dessa descrição estrutural das orações em termos de propriedades sintáticas e morfológicas e de propriedades lexicais. Tomaremos, por isso, Chomsky como interlocutor privilegiado neste parágrafo. Começaremos pela apresentação sumária de um quadro panorâmico de sua concepção da gramática, para que a discussão de alguns de seus aspectos específicos possa ser 'localizada' no esquema coerente de sua teoria.

Nota 1

Embora para Bloomfield as formas linguísticas "não possam separar-se de seus significados", pelo que seria pouco interessante "estudar apenas o som da língua sem considerar, de alguma maneira, o significado" (Bloomfield, "Meaning", *Monatshefte für Deutschen Unterricht*, 35, ps. 101-106, apud Elson e Pichett, 1962, p. 30), essa afirmação se reduz muito por estar ligada a uma concepção de significação em termos de um behaviorismo ainda empregado, como a "situação em que o locutor a 7 enuncia e a resposta que provoca da parte do ouvinte" (Bloomfield, 1933, p. 132 e seqs.) e por depender do princípio geral / ou postulado básico de toda descrição gramatical: "As formas / gramaticais não fazem exceção ao princípio geral - a que mais propriamente deveríamos chamar um 'postulado' - segundo o qual a língua não pode transmitir senão os sentidos que são ligados a alguns traços formais". Esses traços formais não são somente certas características fonológicas, mas ainda a disposição relativa dessas formas fonéticas (cf. obra citada, p. 159). Por isso, toda oração "pode ser totalmente descrita em termos de formas gramaticais" (morfológicas e distribucionais) enquanto a significação deve ser considerada independentemente, em termos de outras ciências, e não nos termos próprios a linguística (cf. obra citada, ps. 133; ps. 158-159).

Alida repete o mesmo postulado Bloomfieldiano: "o sistema linguístico não pode ser descrito isolado de suas formas e de suas distribuições... Não existe significado separado da forma" ("A system for the description of semantic elements", *Word*, 7, ps. 1-14, apud Elson e Pichett, 1962, p. 30).

Harris, que leva sempre ao excesso as sugestões de Bloomfield, tanto na análise sintática quanto nas considerações dos problemas de significação, recusa uma relação entre a estrutura sintática (definida em termos distribucionais) e a estrutura semântica (considerada como independente da linguagem, uma organização "da experiência subjetiva", ou um "mundo subjetivo de significações" resultantes da atividade geral do homem e de suas "respostas" em situações concretas). Se se pode pensar em um 'modo linguístico' de determinação do sentido, será sempre em função de uma regularidade distribucional; uma aproximação da estrutura semântica se fará, quando possível, estabelecendo certos aspectos semânticos em função de relações distribucionais mensuráveis (cf. particularmente, Harris, 1954, ps. 23-28). Givón, em "Estruturas Sintáticas" (Chomsky, 1957, b,

não pensa de modo muito diferente. "É impossível, evidentemente, provar que noções semanticas não têm nenhuma utilidade gramatical, da mesma forma que é impossível provar a não pertinência de toda outra conjunção de noções dadas. Mas o estudo de tais sugestões ambíguas, parece, invariavelmente a conclusão / de que somente uma base puramente formal pode oferecer apoio / seguro e sólido para a elaboração de uma teoria gramatical". Essa base puramente "formal" se concebe tomando "formal" em / dois sentidos, que Chomsky, no trecho considerado, conjuga e assimila; contrastado a noção de "intuitivo", "não explícito", mas também contrastado as noções de caráter semântico. Veja-se por exemplo, a passagem: "Essas correspondências (entre "traços semânticos e formais") devem ser estudadas no quadro de uma teoria mais geral que compreendesse, como sub-partes campo / nentes, uma teoria da forma linguística e uma teoria da utilização da linguagem"... "Terro determinado a estrutura sintática da língua, poderemos estudar o modo pelo qual essa estrutura se utiliza no funcionamento real da língua"... "Em outros termos, nos gostaríamos que o quadro sintático da língua, isolado e esclarecido pela gramática, pudesse servir de base à descrição semântica, e naturalmente apreciaríamos mais que uma teoria da estrutura formal que conduzi-se a construção de gramáticas, satisfizessem mais completamente essa exigência. A estrutura sintagmática e a estrutura transformacional parecem fornecer os princípios necessários que visam a língua para se permitir e organizar o conteúdo" (obra citada, ps. 111-112). Na crítica à noção de "sentido estrutural" Chomsky vai mais longe, na direção do distribucionalismo, visando não só a explicar que qualquer tipo de "relação semântica" possa servir à determinação de categorias contextuais. "Em geral, diz-se - quando distribuímos uma sequência de morfemas, as suas sequências de posições (de "brancos") estruturais disponíveis, / limitamos a escolha dos elementos que podem inserir-se nelas, para formar uma frase gramatical. As diferenças, quaisquer sejam, entre os morfemas, no que respeita a essa propriedade, se explicam melhor por meio de noções gramaticais, como produtividade, liberdade de combinação, extensão da classe de substituição, do que por meio de qualquer traço proximal de significação" (p.115, na obra citada).

Chomsky, a partir da versão da sua teoria que se lê nos "Aspectos da teoria sintática" (Chomsky, 1965), inclui na gramática três diferentes componentes - o sintático, o semântico, e fonológico. E se dedica pela centralidade de componentes sintático, que fornecerá a base à representação seriada da fonológica das orações, na linha de seus estudos anteriores (cf. nota 1 acima). Sem realizando tal decisão, apesar de in- / sistentes críticas, até seus últimos escritos. Trata-se para / Chomsky de uma prioridade léxica e notocológica, embora procure justificar sua escolha por argumentos de natureza puramente / não sempre "linguística", mas se derivados de observações de caráter acústico, relativas ao processo de aprendizagem de líng.

Não há notas na perigrafia, quer seja a chamada posição de rodapé ou de fim do capítulo ou do texto; todas estão alocadas no *continuum*. Isso é curioso, porque as intercalações que, tipicamente, emergem no *continuum* são deslocadas para a perigrafia; aqui, típicas intercalações de perigrafia, assumidas como tais, inclusive porque são chamadas “notas”, são deslocadas para o *continuum*, cravando um espaço no domínio que seria apenas das intercalações presentes (que, aliás, são muitas, delimitadas por parênteses, travessões, vírgulas e outras). Eis aí um caso em que uma mesma nota toma praticamente duas páginas do texto. E esse não é o único caso: há muitas notas, nem a única forma: há várias notas juntas numa mesma página, há notas curtas, apenas com indicação de referência, mas todas lá, no *continuum* textual.⁷

É necessário considerar que esse texto foi datilografado, não havendo o recurso do *Windows Word* para efetuarem-se intercalações deslocadas. Mas, justamente por isso, havia a prática de deslocar as intercalações para o fim dos capítulos e/ou do texto. Franchi não opta por essas possibilidades, fazendo uma escolha que, por si só, tem um efeito estilístico interessante, pois traz a perigrafia para o *continuum* de um gênero tradicionalmente mais rígido, cujo estilo, excluiria, em princípio, essa intervenção.

Conquanto esse gesto seja singular, não é possível falar da *singularidade* de Franchi tomando-o por base, inclusive porque essa suposta tendência não se firma (há contra-exemplos...).

⁷ Gesto semelhante foi encontrado na escrita de Possenti, em sua tese de doutorado, onde também não há notas, mas tudo que seria reconhecido como conteúdo de nota está no *continuum*, entre parênteses.

Em um artigo científico do mesmo autor, e num momento em que os recursos da tecnologia eletrônica permitem deslocar a intercalação para a perigrafia da mesma página, o autor faz uso dos recursos disponíveis e seu texto é permeado de intercalações deslocadas. Em praticamente 90% das páginas, há notas, em sua grande maioria, extensas, e, em muitos casos, mais de uma em cada página.

Franchi demonstra domínio notável e raro do texto, independentemente da enunciação ser oral ou escrita; e domínio dos gêneros, a ponto de inserir-se e dialogar, causando, só por isso, um efeito estilístico. Como tudo isso é indiciado por meio de sua preferência e competência com as intercalações, fica a hipótese, formulada a partir de indícios que emergem na escrita e na oralidade, de que a singularidade do estilo de Franchi poderá/poderia ser desvelada por meio do trabalho com as intercalações. Mas, quanto às intercalações, isso talvez queira dizer apenas que possíveis indícios por meio dos quais se analisaria sua autoria resvalam em enunciações orais. A autoria se constituiria na escrita, mas há apenas marcas de letramento na fala. Adiante retomarei essa questão.

A hipótese de autoria na oralidade parece não se sustentar, porque retorna à escrita. Ou melhor, a busca de autoria na oralidade, pelo menos no caso analisado, sugere que essa categoria se constitui nas práticas de escrita. Os mesmos dados que servem de indício à configuração da hipótese de autoria na oralidade, quando explorados, apontam em outro sentido.

Assim, a emergência de intercalações na oralidade parece provar apenas que elas são fenômenos enunciativos que emergem em manifestações variadas e que os sujeitos que se expressam oralmente e por escrito tenderão a lhes dar vazão ao enunciar. Como manifestações tipicamente enunciativas como parecem ser, é natural que sua emergência se dê em todos os gêneros, com as restrições e possibilidades que lhe são características. O fato de emergirem na oralidade teria a ver, portanto, com sua natureza enunciativa, por um lado, e com reflexos do letramento, por outro, e não com a autoria acredito.

Autoria na oralidade ou *performance* do sujeito?

As considerações feitas até o momento tendem a apontar para a refutação da hipótese de autoria na oralidade. Mas, para não ficarmos apenas com o resultado de uma análise malsucedida como argumento contrário, passemos à análise da proposta de Tfouni, materializada em trabalhos de 1995 e de 2001, para observar se essa tendência se confirma.

Feita uma análise de dados, passemos a uma análise de outra análise. Em trabalhos diferentes, Tfouni persegue essa hipótese, desde 1995, tomando por base o conceito de letramento e como fonte básica de análise os dados de uma senhora, analfabeta, contadora de histórias. Seus trabalhos situam-se na Análise do Discurso e na Psicanálise lacaniana e, nesse horizonte, ela define a autoria a partir de indícios que confirmam a *deriva* e a *dispersão* do sujeito (o autor não estaria onde se dá a organização textual, mas sua dispersão, ou melhor, onde a desorganização textual evidencia a dispersão do discurso).

Essa proposta apresenta, no entanto, alguns aspectos, que merecem uma discussão mínima. Inicialmente, talvez caiba chamar a atenção para o fato de que se trata de uma definição de autoria em que o “autor se mistura, talvez mais que o desejável, com o “sujeito de discurso . Dispersão e deriva definem autoria? Foucault (1992) falou de um *efeito de unidade*, *efeito de coerência* e, em diferentes propostas, essa noção é reivindicada, como uma aposta na crença de que o autor, embora disperso em si mesmo, tem a ver com o princípio de unidade e coerência, independentemente de como se definam esses termos.

Além dessa imprecisão quanto à própria especificidade da noção de autor frente à de sujeito, talvez seja possível questionar se Tfouni, nos trabalhos em foco, trata realmente de autoria na oralidade, porque suas considerações parecem retornar, indiretamente, à escrita. Independentemente de ser incontestável não apenas a anterioridade cronológica, mas, especialmente, a primeiridade da reflexão de Tfouni em relação a qualquer outra pesquisa que acate essa hipótese (pois os autores citados circunscrevem a autoria à escrita), é possível afirmar que ela empreende o gesto, mas sua análise ainda não configura um tratamento que garanta provar a autoria na oralidade mesmo que trabalhe com dados oralizados.

Faço essa afirmação porque em seus textos recorrem vários indícios de que a análise não se afasta da escrita, apesar de todo seu empenho em criticar uma “Teoria da grande divisa , na qual haveria um primado da escrita sobre a fala. Assim, deve ser reconhecido seu gesto teórico, seu intuito, a abertura de uma possível perspectiva, mas o quadro no interior do qual ela reivindica autoria ainda parece ser o da escrita.

Se os indícios para essa afirmação podem ser percebidos nas análises de dados por ela feitas, esses mesmos indícios podem ser confirmados por suas próprias afirmações, em momentos conclusivos de seus textos, como os seguintes: “Mostrando que existe a autoria presente no discurso oral de dona Madalena, estarei evidenciando nele *características estruturantes do discurso narrativo escrito*

(TFOUNI, 2001, p. 52-53, grifos meus). Ou “Centrando-me no conceito de autoria, procurarei mostrar que o **seu discurso oral está perpassado pelo discurso escrito** (TFOUNI, 2001, p. 55, grifos meus) . É como se a autoria fosse algo da escrita e se reproduzisse na fala.

E, para observarmos como essa posição se mantém, vejamos o que é dito no texto de 2001:

A meu ver, o que se pode observar aí são gestos de autoria em ato, *ou seja, uma réplica de produção de textos escritos* sem a perda de retificações e correções que, na forma escrita, desaparecem para o leitor, porque são eliminados no produto final. (TFOUNI, p. 91, grifo meu)

Não é dito que há um traço de autoria que recorreria na fala e na escrita (como sugeri no caso de Franchi, até porque o sujeito em análise aqui é analfabeto), mas que haveria autoria na fala porque se reproduzem nela características da escrita; há aspectos no texto oral que o fazem uma réplica do texto escrito, como ela diz, e nisso consistiria a autoria. Como se vê, trata-se de uma retomada da concepção de autoria na escrita, mesmo que se passe por dados da oralidade. A concepção de autoria é ainda a da escrita, ou melhor, se aceitamos que dispersão e deriva definem um autor, devemos dizer que essa sua concepção de autoria ainda não diz respeito à oralidade.

Para ir ao extremo dessa posição, comprometendo-se, é claro, com as consequências, a análise da autoria na oralidade deveria ser sustentada lá, sem apelo à escrita. Ou melhor, mesmo que se fizesse apelo à escrita, quando isso fosse possível e necessário, uma concepção de autoria baseada na oralidade, para sustentar-se, deveria buscar seus elementos no que é característico da modalidade oral, independente das interfaces com a modalidade escrita, mesmo onde não emergem gêneros escritos, como nas sociedades ágrafas; ou, mesmo que se tratasse de sociedades letradas, deveria ser possível observar produções textuais orais de sujeitos não-escolarizados, sem necessário apelo ao modelo de organização da escrita – um sujeito como D. Madalena, sujeito de Tfouni, cuja “autoria advém de traços da escrita que perpassam suas produções orais (o modelo de texto escrito é que atribui autoria à fala de D. Madalena).

Por tudo isso, argumentaria que a Autora em foco não fala de autoria na oralidade; mas de letramento. Ela mostra que, em sociedades letradas, mesmo os analfabetos têm a fala permeada de marcas de escrita. O conceito de autoria mobilizado confirma uma certa concepção de letramento. Assim, tendo reconhecido seu pioneirismo quanto ao gesto, ao propósito, tenho de dizer que não saímos

disso, de um propósito. Afirmar que autoria na oralidade é o que é porque se reafirmam características da escrita é, no limite, reafirmar a autoria na escrita.

Diante disso, talvez se tenha que dar razão a autores como Scholles e Kelog (1977, apud TFOUNI, 2001), por exemplo, que têm afirmado que o discurso narrativo composto oralmente não tem autor; tem apenas *performer*.⁸ Por mais que a afirmação pareça politicamente incorreta, a autoria não se constituiria na fala. No caso da contadora de histórias, cuja produção é analisada, haveria apenas *performance* no modo “como ela conta histórias alheias e no modo “como ela supõe inventar novas histórias dentro de *frames* antiquíssimos?

Entendo que dados como os analisados por mim e pela Autora possam levar a confusões quanto à idéia de autoria. Seria até compreensível pensar a autoria como uma possibilidade nas narrativas orais de colóquios, de sermões, de pronunciamentos, de aulas expositivas (como fiz eu), mas como pensar a autoria em textos dialogados (bem dialogados), com quatro ou cinco interactantes, por exemplo? Que isso é um texto, a Linguística Textual (através dos estudos de conversação) já afirmou, mas como dizer que é um texto de autor? Quem seria o autor? Haveria co-autores, então? Não estaríamos, no limite, confundindo a noção de autor com a de sujeito, ou mesmo de coerência, independentemente de como nos posicionemos quanto a esses conceitos? Não estaríamos talvez barateando o conceito, por alargá-lo demais, e tornando-o improdutivo? Perde-se a produtividade do conceito, porque ele se descaracteriza, tornando-se muito amplo.

Conclusões

As discussões anteriores já permitem evidenciar as conclusões possíveis a partir das análises realizadas. De toda forma, é importante discutir aqui que consequências pode ter a negativa da hipótese de autoria na oralidade. Parece haver por trás do desejo de responder afirmativamente a esta questão uma preocupação com o “politicamente correto”. Como se ao se afirmar que não há autoria na oralidade está-se desvalorizando a fala e os sujeitos de fala; e também dizer que não há autoria na oralidade implicaria uma supervalorização da escrita, por outro lado.

Embora me preocupe com as questões político-ideológicas que resvalam de certas opções teóricas, acho que não é o caso de se instaurar uma luta por conta de

⁸ Para outra leitura sobre *performance*, conferir R. Cohen (2002).

não haver autoria na oralidade. Aliás, a teoria linguística já deixou muito claro que há interface entre as modalidades, contínuo entre oralidade e escrita, textualidade e discursividade, tanto na oralidade quanto na escrita. Mas a autoria, quer se trabalhe na perspectiva do *o quê* define autoria, se a *unidade estilística* (São Jerônimo mencionado por FOUCAULT, 1969), se *obra ou a discursividade* (FOUCAULT, 1969), quer na perspectiva do *como* se materializa a autoria, Possenti (2001) e Barros (2004), não parece ser exatamente na oralidade que se buscam essas unidades ou regularidades. Talvez esteja equivocada a idéia de buscar autoria na oralidade. Mas chegar a esta conclusão não é uma questão tranquila.

Então invertamos a ótica. Será que estamos certos em dizer que a autoria está na escrita? E, em estando na escrita, resvalaria para a oralidade? Ou a questão está colocada erradamente, quer se fale de escrita ou de oralidade? Será que teríamos que entender autoria olhando para o sujeito e não exatamente para o meio de expressão, seja oral, escrito, gestual, figurativo? A autoria seria uma característica do sujeito que se materializaria em seus mais diferentes meios de expressão. Isso seria diferente de dizer que está na fala ou na escrita? A autoria estaria, então, na recorrência, que permite entender certa unidade de *performance* do sujeito nos mais variados meios de expressão. Bom, mas não vejamos nisso novo problema: fazer coincidir autoria com nome de autor e imputar novamente a essa noção um conteúdo ontológico, imanente, sublime. Autores se (des)constroem historicamente na e pela linguagem.

BARROS, Juliane da Silva. Authorship in spoken discourse?. **Revista do Gel**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 81-97, 2009.

ABSTRACT: *The purpose of this paper is to discuss the hypothesis that defends authorship in spoken discourse. I analyze this issue by studying the formation of authorship in written discourse. For this I have developed both the analysis of data that enable me to propose the issue and discuss the research of Tfouni (2000, 2001), who was the first to analyze authorship in spoken discourse. Following this analysis, I would like to establish the idea that authorship is not a characteristic of spoken discourse; in contrast, where one supposes its presence, marks of literacy would be in evidence for deriving performances of subjects who produce language. The issue, however, is polemic and implies in the inclusion of others researchers in the debate because it is a very important and -claimed notion within text/discourse studies.*

KEYWORDS: *Authorship. Metaenunciation. Spoken discourse. Performance. Literacy.*

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, (19), p. 25-45, 1990. (Trad. de Hétérogénéité(s) énonciative(s), 73, Paris Larousse, Langages).

BARROS, J. **Intercalação, (meta)enunciação e autoria**: uma análise textual-discursiva da interposição. Tese (Doutorado) em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2004.

COHEN, R. **Performance como linguagem**. Revisão: Plínio M. Filho. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: _____. **O que é um autor**. s.l.: Passagens, 1969. p. 29-87.

JUBRAN, C. C. A. S. Parênteses: propriedades identificadoras. In: CASTILHO, A.T. (Org.) **Gramática do Português Falado**. Vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1991. p. 411-420.

KOCH, I.G.V. **O texto e a construção dos sentidos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.
ORLANDI, E. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

PAIVA, J. R. **Funções metaenunciativas das inserções parentéticas**. 1999. Dissertação. (Mestrado em Linguística) UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1999.

POSSENTI, S. Enunciação, autoria e estilo. **Revista da Feeba**, s.l., ano 10, n. 15. jun./jul., 2001.

_____. Índícios de autoria. **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, 20 (1) (expressão da língua portuguesa e seu ensino), 2002. p. 105-124.

TFOUNI, L. V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: SIGNORINI, I. (Org.) **Investigando a relação oral/escrito e as teorias do Letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 77-94.

_____. Autoria e letramento: análise de narrativas orais de ficção de uma mulher analfabeta. In: _____. (1995). **Letramento e alfabetização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 47-73.

